



Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olimpico Internacional

Katia Rubio

resumo

Passado mais de um século desde o início dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, o Movimento Olímpico busca uma mudança de trajetória na busca do espírito olímpico perdido. Depois de sofrer profundas transformações que puseram em risco o chamado “espírito olímpico”, colaborando para isso a ascensão do profissionalismo e dos interesses comerciais que rondam o maior espetáculo do planeta, o atual presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) faz um chamamento à comunidade olímpica internacional propondo diálogo, inclusão e transformações em uma das instituições mais fechadas do planeta. O objetivo deste texto é discutir o reposicionamento do Movimento Olímpico e as recomendações estratégicas do COI denominados Agenda 20 + 20, no que diz respeito ao futuro do Movimento Olímpico e dos Jogos Olímpicos.

Palavras-chave: Movimento Olímpico; Agenda 20 + 20; olimpismo.

abstract

Over a century after the start of the Modern Olympic Games, the Olympic Movement seeks a change of course in its search for the lost Olympic spirit. After undergoing deep changes that put the so-called "Olympic spirit" in jeopardy – mainly due to the rise of professionalism and business interests surrounding the greatest show on the planet – the current president of the International Olympic Committee (IOC) has summoned the international Olympic community to propose dialogue, inclusion and transformation in one of the most opaque institutions on the planet. The aim of this paper is to discuss the repositioning efforts undertaken by the Olympic Movement and the IOC strategic recommendations called 20 + 20 Agenda, as regards the future of the Olympic Movement and the Olympic Games.

Keywords: *Olympic Movement; 20 + 20 Agenda; olympism.*

Processes and events, not symbols, are the only substantives, and 'time' is a symbol, not a process event.

Furthermore, "every change in 'space' is a change in 'time'; (and) every change in 'time' (is) a change in 'space'"

(Elias, 1992).

Criado no final do século XIX, o Movimento Olímpico tem na *Carta Olímpica* o registro de um ideal de grupo e de competição esportiva que inegavelmente privilegiou padrões de conduta e de convivência da burguesia e da aristocracia de então. Poucos documentos internacionais sofreram tão poucas mudanças ao longo do século XX como a *Carta Olímpica*. Apesar das profundas e drásticas transformações ocorridas no Oriente e no Ocidente ao longo de um século marcado por duas grandes guerras, pela Guerra Fria e pelo fim da União Soviética, poucas alterações marcaram a história olímpica contemporânea, à exceção do profissionalismo que promoveu na década de 1980 uma profunda alteração nos rumos do COI, como instituição, e da identidade do atleta, o protagonista do espetáculo esportivo e razão central da existência do Movimento Olímpico.

Apesar desse protagonismo e da imortalização dos feitos atléticos na pessoa do atleta, pouco foi feito por e para esse sujeito que esteve à mercê dos interesses dos dirigentes e das políticas esportivas. Constata-se que, na história olímpica, os dirigentes não só ocuparam o poder e ditaram as regras dos jogos e do Movimento Olímpico, como também se observa que nem todos eles foram atletas ou mesmo praticantes competitivos do esporte. É o caso do próprio Pierre de Coubertin, fundador do COI e do Movimento Olímpico Internacional, ou

mesmo de Raul do Rio Branco, primeiro brasileiro a participar do COI (Rubio, 2001).

É inegável que esse distanciamento provocou não apenas uma burocratização das instâncias decisórias, acentuando o poder dos dirigentes sobre as estruturas esportivas em um modelo com efeito cascata, começando no nível internacional e se multiplicando nas esferas nacionais, como também levou a uma restrição do papel do atleta “apenas” à esfera competitiva, destituindo-o de participação no sistema esportivo como um todo. No entanto, esse modelo parece viver um esgotamento. Depois de um ciclo virtuoso que levou ao agigantamento dos Jogos Olímpicos, da necessária participação dos Estados nacionais e das cidades-sede na realização das competições esportivas, constatou-se a necessidade da mudança desse modelo em direção à entrada do capital privado nessas realizações. Coincide com esse momento o prejuízo vivido pela cidade de Montreal na realização dos Jogos de 1976 e o boicote aos Jogos de Moscou 1980. O período que se seguiu levou a um dos negócios mais rentáveis do planeta, associando a presença de marcas relacionadas ao esporte de apelo internacional à espetacularização do esporte pelos meios de comunicação e à transformação do atleta em uma *commodity* (Walsh & Giulianotti, 2001) de valor sem precedentes. O que se viu ao longo dos últimos 30 anos foi a perda das referências morais do esporte limpo – referendadas

KATIA RUBIO é professora associada da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo e membro da Academia Olímpica Brasileira.

na *Carta Olímpica* e nos chamados “ideais olímpicos”, como a competição em si mesma, a busca da superação de si e o *fair play* –, a exploração da imagem das competições e dos atletas – situação essa que vive o seu limite na impossibilidade do uso de símbolos ou palavras que se relacionem diretamente aos Jogos Olímpicos, prejudicando assim a multiplicação do ideal olímpico – e o esgotamento desse sistema que se tornou altamente rentável, mas que não resistiu a práticas corruptas, expondo o COI e seus dirigentes e colocando em xeque uma instituição cujas bases se assentavam, teoricamente, em valores universais transformados em olímpicos.

Para entender o processo que levou a esse quadro, partirei de uma discussão realizada anteriormente (Rubio, 2010), na qual serão apontados alguns momentos centrais do Movimento Olímpico e os marcos de sua periodização.

A NECESSIDADE DE PERIODIZAR

Periodizar é um recurso utilizado para facilitar a compreensão de narrativas, entendendo a história não como uma sucessão de fatos, mas como a articulação dos diversos agentes e atores envolvidos na sua realização, impregnando-a de características do momento em que ela ocorre, descortinando em seus desdobramentos as ideias e ideologias que a subjazem. A periodização é um instrumento que permite organizar a história dos fatos para situá-los em suas rupturas e descontinuidades.

Wishart (2004) aponta que periodizar é parte e parcela da arte de escrever narrativas, tão integral para o processo como identificar e selecionar fatos e organizá-los em uma síntese. É uma estratégia usada para dar formato à narrativa, produzindo uma superestrutura para o progressivo desenvolvimento da interpretação.

Não há dúvida de que os eventos históricos são ditados pelas ações humanas, que imprimem suas marcas diante da projeção dada àquele sujeito que narra o fato ou a proposta que o anima. Daí a função das rupturas e descontinuidades, momento de erupção do novo, capaz de enunciar manifestações latentes que invocam a necessidade da transformação. Diante da afirmação sobre a materialidade dos eventos e ações, Santos (1996) propõe que os eventos são também ideias e não apenas fatos. “Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizado pelo aporte a um

dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (Santos, 1996, p. 117).

Analisar um fenômeno sociocultural, como os Jogos Olímpicos, que atravessa um período repleto de singularidades como o século XX, requer a clareza dos diversos momentos sobre os quais se fala. Da conjuntura pré-Primeira Guerra Mundial à pós-modernidade muitos são os movimentos implicados na compreensão não só da geopolítica mundial como das distinções e exclusões promovidas pelas diversas crises de identidade geradas pela criação e negação de Estados nacionais, bem como das questões próprias do esporte, como o amadorismo, a profissionalização ou o *fair play*. Daí a preocupação de McComb (2004) em construir uma teoria para analisar e comparar o esporte em diferentes momentos e lugares.

Conforme aponta Rubio (2010), embora o Movimento Olímpico contemporâneo preze e defenda a continuidade, é possível observar claras rupturas ao longo de sua história. Porém, como forma de perpetuar uma tradição institucional e política, invoca-se a continuidade da organização e de seus ideais, fortalecendo um imaginário institucional soberano. Daí a importância de se destacar quais são os momentos de ruptura do Movimento Olímpico, contextualizando-os e observando-os à luz dos movimentos sociais nacionais, no caso do Brasil, e internacionais.

Os quatro grandes momentos identificados são:

Fase de estabelecimento (de Atenas 1896 a Estocolmo 1912)

É o período que vai dos Jogos Olímpicos de Atenas 1896 a Estocolmo 1912 e está marcado pela anúncio de um evento singular e arregimentação de adeptos para ele. É o momento de aceitação da proposta olímpica. Krüger (1999) chama esse período de anos formativos do COI. Nesse momento se confundiam a realização dos jogos a qualquer custo e a disposição férrea de Pierre de Coubertin para que os ideais olímpicos fossem preservados. Guiando o Movimento Olímpico com mão de ferro, refutava ingerências na estrutura de poder, que se mantinha centralizada e protegida de “investidas” democráticas, usando para isso o argumento de que esporte e política não se misturavam. Apesar disso, o que se observa já nesse momento é a necessária convivên-

cia com os poderes centrais dos Estados nacionais, responsáveis pela construção da estrutura material para a realização dos Jogos Olímpicos.

Evidencia-se desde então uma tendência do Movimento Olímpico de se manter próximo da aristocracia e da burguesia europeia, ainda que Coubertin fizesse uma leitura da geopolítica mundial, observasse as correlações e força e buscasse a aproximação com as nações estratégicas em cada continente. Foi o caso da América Latina, que teve a Argentina como o primeiro país sul-americano a ingressar no COI, o que levou Coubertin a convidar Raul do Rio Branco, filho do barão do Rio Branco e embaixador brasileiro na Suíça, a ingressar no comitê, afirmando assim a condição de potência regional exercida pelo Brasil.

À disposição de ampliar os quadros de liderança olímpica somava-se a necessidade de ampliação da prática esportiva mundo afora, condição básica para a multiplicação do ideal olímpico. O que impedia a viabilização dessa proposta com a velocidade que o barão desejava era a aliança feita inicialmente com os ingleses para a consolidação dos Jogos Olímpicos. Sendo eles os organizadores do esporte moderno, acabaram por imprimir muitas de suas marcas naquilo que era universalizado como “valores olímpicos”, inclusive a proposta do amadorismo que esbarrava em uma prática voltada apenas para aqueles que pudessem praticar o esporte de forma amadora, ou seja, “por amor”. Esse valor levou à exclusão de muitos trabalhadores que não dispunham nem do tempo livre nem das condições materiais necessárias para a prática esportiva em nível competitivo. Daí a criação de organizações e ligas não olímpicas, mas altamente competitivas, como foi o caso do futebol e do *rugby* (Brown, 2011).

Fase de afirmação

(de Antuérpia 1920 a Berlim 1936)

Já em Antuérpia os Jogos Olímpicos se mostraram sólidos o suficiente para manter a periodicidade olímpica, mesmo com a interrupção provocada pela Primeira Guerra Mundial. Esse hiato provocado pelo conflito de maior abrangência até então provava que o Movimento Olímpico e os Jogos Olímpicos não eram refratários aos acontecimentos sociais mundo afora.

Nesse período os Jogos Olímpicos mostraram-se reconhecidos pela comunidade internacional, sendo

prova disso o número de representantes no COI, que ultrapassava os integrantes na Liga das Nações, e a crescente disputa pela postulação de sua realização. O evento crescia a cada edição, dando visibilidade à cidade e ao país-sede em um momento em que os conflitos se acirravam na Europa. Mesmo as questões religiosas foram superadas, como foi o caso dos Jogos Olímpicos de Amsterdã 1928, quando a rainha Guilhermina da Holanda declinou do convite para participar da cerimônia de abertura argumentando ser aquela uma celebração pagã. Porém, diante da grande adesão do público e do sucesso da competição, a soberana reconsiderou sua posição e apoiou a iniciativa. Ou seja, as dificuldades inerentes ao Movimento Olímpico foram superadas, uma a uma, restando aos organizadores as questões de ordem internacional, como foi o caso da quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e seus desdobramentos nos Jogos Olímpicos de Los Angeles 1932, e da ascensão do nazismo e sua repercussão nos Jogos Olímpicos de Berlim 1936.

Essa relação e dependência com a dinâmica política e social internacional levou os dirigentes do COI a adotarem uma postura de independência no plano do discurso, mas de atrelamento aos governantes das sedes olímpicas por causa da condução do evento. Era evidente, desde o princípio, a subordinação, ainda que indesejada, do Movimento Olímpico à política internacional. Já aconteciam nessa época os primeiros boicotes, que se intensificaram no futuro, evidenciando a visibilidade crescente dos jogos. Nesse sentido, o pragmatismo dos dirigentes levou os Jogos Olímpicos para a Alemanha de Hitler, para a União Soviética de Brejnev e para a China pós-comunista, porém, ainda não signatária dos acordos ambientalistas ou dos direitos humanos.

Esse período, que se encerra com a Segunda Guerra Mundial, também prenuncia os desafios do próximo.

Fase de conflito

(de Londres 1948 a Los Angeles 1984)

O final da Segunda Guerra Mundial não pôs fim aos conflitos mundiais. Fê-los ganhar novos contornos e outros cenários, alterando o confronto direto por um outro dissimulado, mas não menos letal. Conforme Hobsbawm (1995), o pós-guerra foi marcado por uma reconfiguração de alianças e

aproximações políticas, cujo elemento norteador da formação de blocos se deu pela ideologia e interesses políticos e econômicos subjacentes a ela.

Os Jogos Olímpicos, já afirmados como um grande evento mundial, tornaram-se uma vitrine para os conflitos que afligiam os dois grandes blocos políticos daquele momento: de um lado, capitalistas, e, do outro, socialistas. Cada competição esportiva era a oportunidade de afirmação de superioridade de um sobre o outro. Grandes nações obviamente deveriam produzir grandes atletas, que demonstrariam ao mundo o verdadeiro potencial de construção de domínio de uma ordem mundial binária. As medalhas passaram a ser contadas como pontos a favor de seus respectivos regimes, afirmando um tipo de superioridade não pretendida pelo Movimento Olímpico.

Mais do que em qualquer outro momento histórico, os boicotes aos Jogos Olímpicos mostravam ao mundo o que ocorria nos bastidores da política internacional, obrigando dirigentes a manobram a favor desse ou daquele país, a depender da relevância desempenhada para o Movimento Olímpico. Diante disso não é de se esperar que haja coerência nas resoluções que favoreceram alguns países, como a China ou os Estados Unidos, e desfavoreceram outros, como foi o caso da África do Sul ou de Taiwan. Questões como *apartheid*, racismo, discriminação, desrespeito foram largamente utilizadas ao longo dos anos para justificar a abstenção nos jogos.

O modelo olímpico, baseado nos valores e na *Carta Olímpica* do século XIX, dava sinais de esgotamento. Prova disso era uma disputa com a Fifa originada no início do século sobre o conceito de amadorismo, o que levou, inclusive, o futebol a ficar fora dos Jogos Olímpicos de Los Angeles 1932. Era insustentável manter os atletas alheios ao assédio das grandes empresas que desejavam ver suas marcas associadas ao triunfo dos heróis olímpicos.

Solucionados os grandes conflitos políticos que levaram aos boicotes de 1980 e 1984, era tempo também de pensar na superação das últimas barreiras que impediam que os Jogos Olímpicos pudessem ser o grande negócio que alguns dirigentes vislumbravam. O modelo amador e estatal, que quase levou à falência de Montreal em 1976, precisava ser substituído pelo profissionalismo que o maior evento do planeta exigia. Estavam dadas as condições para a queda de um paradigma que acompanhava os atletas olímpicos desde sempre: o amadorismo.

Fase do profissionalismo (de Seul 1988 até Rio 2016)

Duas questões se colocam para esse marco no Movimento Olímpico: a espetacularização dos jogos, tendo como pano de fundo a transmissão das competições em tempo real para todo o mundo, e a falta de consenso sobre o conceito de amadorismo.

Guttman (1976) profetizou o que ocorreria com o esporte a partir do diferente entendimento que os países capitalistas e socialistas tinham sobre o papel desempenhado por seus atletas no cenário olímpico.

Enquanto para o bloco capitalista atletas amadores eram todos aqueles que não recebiam nenhum salário ou ajuda para se dedicar à prática esportiva, para o bloco socialista não havia dúvidas de que todo atleta no desempenho do ofício da defesa dos interesses do Estado era também um amador, mesmo que para isso dedicasse todos os seus dias a se preparar para essa batalha. Essa distinção fazia com que houvesse uma discrepância entre equipes, principalmente no futebol, em que atletas olímpicos dos países socialistas chegavam também a disputar Copas do Mundo.

Havia ainda outros interesses. Empresas em diferentes países já ofereciam produtos e benefícios a atletas que “promettessem” fidelidade às marcas. Essa “promessa” podia ou não ser acompanhada de um contrato assinado, situação não regulamentada pelas instituições esportivas (Rubio, 2003). Diante desse cenário, perdiam os atletas, as empresas, mas, principalmente, o COI e as confederações. Os responsáveis por essa regulamentação, que levou à profissionalização dos atletas e do espetáculo esportivo, foram Juan Antonio Samaranch, pelo COI, e João Havelange, pela Fifa.

Desde então passou-se a regulamentar o uso de marcas, símbolos e imagens, alterando radicalmente a dinâmica das competições esportivas e também da identidade do atleta, o protagonista do espetáculo esportivo. Nessas circunstâncias, ele já não é mais aquele sujeito que “pratica por amor” o esporte. Ele agora é a mão de obra qualificada de um sistema que vive às suas custas, mas não o respeita, nem protege, conforme a grandiosidade do espetáculo exige. E, como em qualquer outro sistema onde prevalece a exploração da excelência, os valores morais que fundamentaram a competição esportiva deixam

de ser o *modus operandi* do movimento olímpico e passam a ser um discurso bem estruturado para ser utilizado em ocasiões especiais, como no caso da quebra de protocolos ou leis.

Em menos de três décadas esse modelo deu mostras de exaustão.

De um lado, os protocolos de postulação levaram o COI a ter cada vez mais autoridade sobre as cidades-sede colocando em risco a própria soberania dos países. Essas situações podem ser observadas nas imposições sobre infraestrutura, políticas comerciais ou relações internacionais e no consequente recuo dos países democráticos em sediar uma edição olímpica. Não parece admissível para uma cidade bem governada, em um país com tradição democrática, que ingerências dessa ordem possam ditar os rumos a se tomar. Como consequência, sobram postulações de cidades e países com regimes centralizadores, com pouca tradição de transparência de gastos e de conduta duvidosa em disputas nas quais o colégio eleitoral é suscetível a negociações.

Do ponto de vista do atleta, as exigências de ordem objetiva, como a vinculação de imagem a produtos e o cumprimento de contratos que restringem a liberdade de expressão, não são menos invasivas do que a política de controle de dopagem que o obriga a declarar sua localização 24 horas por dia, sete dias da semana, para ser submetido a exames que provem sua “limpeza” nas competições. Ou seja, os heróis olímpicos são agora, antes de tudo, suspeitos até que provem o contrário.

UMA NOVA ORDEM OLÍMPICA.

A AGENDA 20 + 20

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro representam o final de um ciclo para o Movimento Olímpico. Claro está que nem cidades nem atletas podem mais se submeter a uma relação verticalizada e desigual, em que sobram obrigações e faltam direitos. Mesmo diante da dificuldade de se adaptar às transformações sociais, é preciso atentar a que esse modelo autocrático e soberbo tenha cada vez menos espaço de diálogo e manobra no mundo contemporâneo. Ou seja, ou o Movimento Olímpico se revê ou está fadado ao esgotamento, como ocorre com outras instituições seculares ao redor do planeta. Porém, diferentemente de instituições pautadas em dogmas, o COI está organizado

e assessorado por profissionais sensíveis às demandas da sociedade em diferentes pontos do planeta, seja por idealismo ou por necessidade comercial. Essa talvez seja a razão para que o novo presidente, Thomaz Bach, convocasse a comunidade olímpica a fim de encontrar saídas para o impasse criado pelas crescentes denúncias de corrupção e desmandos. Imediatamente após sua posse, encabeçou uma consulta que durou um ano e somou mais de 40 mil sugestões, as quais, sistematizadas, resultaram em 1.200 propostas que foram levadas pelos presidentes dos 14 grupos de trabalho à 127ª sessão do COI, em dezembro de 2014. Dessa reunião resultaram 40 recomendações, denominadas Agenda 20 + 20, consideradas estratégicas para o futuro do Movimento Olímpico e dos Jogos Olímpicos.

Dentre os temas centrais dessa discussão encontram-se o combate à corrupção dentro do ambiente olímpico, o controle sobre o agigantamento dos Jogos Olímpicos, a igualdade entre gêneros, o controle do *doping* e o empoderamento do atleta (IOC, 2016).

A busca pelo debate sobre essas questões sugere um redirecionamento não apenas político do Movimento Olímpico, conduzido ao longo do século anterior com a arrogância de uma entidade isolada e independente das questões maiores da sociedade internacional. Abrir-se para temas negligenciados no passado aponta para uma preocupação verdadeira sobre as repercussões de fatos que denotaram discriminação, preconceito e desrespeito à sociedade e levam, no presente, a um crescente desinteresse pelo maior espetáculo esportivo do planeta.

A implementação das recomendações da Agenda 20 + 20 do COI indica não apenas uma mudança de rumos para o Movimento Olímpico como também uma transformação no papel social do atleta, que deixa de ser apenas um executor de gestos habilidosos valiosos para o espetáculo esportivo e passa a ser uma figura central dentro do Movimento Olímpico. Essa alteração de postura do COI aponta para uma tentativa de resgate dos valores olímpicos, virtudes desejadas, mas perdidas ao longo do processo de transformação do Movimento Olímpico e irreconhecíveis para a sociedade atual.

Diante do que se observa, há indicações de que haverá um cuidado maior com as questões relacionadas com a transparência do processo de postulação, com o meio ambiente, com a promoção da igualdade de gêneros – lembrando da dívida histórica

que o Movimento Olímpico tem com as mulheres, impedidas de participar da competição no início da história olímpica contemporânea – e um maior investimento no apoio a atletas dentro e fora do campo de jogo. Esse respeito parece evidente também na honra concedida aos atletas limpos que herdaram justamente as posições perdidas pelos dopados nas competições olímpicas. Até o presente, constatado o *doping*, a medalha era concedida ao atleta imediatamente colocado no *ranking*, porém, sem a mesma pompa e circunstância da cerimônia dos Jogos Olímpicos. As recomendações da Agenda 20 + 20 são no sentido de que cerimônias formais sejam organizadas para medalhistas que recebem

sua medalha olímpica após a desqualificação de um competidor e que elas sejam devidamente comunicadas a todas as partes envolvidas.

Claro está que o Movimento Olímpico se mobiliza para resgatar o respeito e a dignidade perdidos ao longo de um período obscuro manchado por desmandos e corrupção. Foi dado início ao diálogo com a sociedade atual em busca de saídas para o impasse criado pelo distanciamento dos valores olímpicos basilares. Trata-se de um diálogo pouco praticado no passado, dando mostras de que o olimpismo se abre para além das fronteiras do Movimento Olímpico, buscando com isso preservar o papel histórico do esporte para a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- BROWN, C. G. "Masculinity and Secularisation in Twentieth-Century Britain", in Y. M. Werner (ed.). *Christian Masculinity. Men and religion in Northern Europe in the 19th and 20th Centuries*. Leuven, Leuven University Press, 2011.
- ELIAS, N. *Time: An Essay*. Oxford, Blackwell, 1992.
- GUTTMANN, A. *The Games Must Go on: Avery Brundage and the Olympic Movement*. New York, Columbia University Press, 1982.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- INTERNATIONAL Olympic Committee. Olympic Agenda 2020 20+20 Recommendations. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Olympic_Agenda_2020/Olympic_Agenda_2020-20-20_Recommendations-ENG.pdf
- KRÜGER, A. "The Unfinished Symphony: A History of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch", in J. Riordan; A. Krüger (eds.). *The International Politics of Sport in the 20th Century*. London, E. & F.N. Spon, 1999.
- MCCOMB, D. G. *Sports in World History*. New York, Routledge, 2004.
- MÜLLER, N. *Olympism Selected Writings. Pierre de Coubertin 1863-1937*. Lausanne, International Olympic Committee, 2000.
- RUBIO, K. *O Atleta e o Mito do Herói*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.
- _____. "The Professionalism Legacy: The Impact of Amadorism Transformation Among Brazilian Olympic Medalists", in M. Moragas; C. Kennett; N. Puig (eds.). *The Legacy of the Olympic Games 1984-2000*. Barcelona/Lausanne, Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona/Olympic Studies Centre of the International Olympic Committee, 2003.
- _____. "Jogos Olímpicos da Era Moderna: Uma Proposta de Periodização", in *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*, v. 24, n. 1. São Paulo, jan.-mar./2010, pp. 55-68.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- WALSH A. J.; GIULIANOTTI, R. "This Sporting Mammon: A Normative Critique of the Commodification of Sport", in *Journal of the Philosophy of Sport*, vol. 28, issue 1, 2001, pp. 53-77.
- WISHART, D. "Period and Region", in *Progress in Human Geography*, 28(3), 2004, pp. 305-19.